

## CUT condena a política econômica

### João Felício condena no CDES proposta da Fazenda que amplia “liberalização financeira”

Em sua intervenção no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, em 1º de dezembro, o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, João Antonio Felício, voltou a condenar a proposta de manutenção da atual política macroeconômica como sério entrave a uma política externa soberana.

Segundo o líder cutista, “o aprofundamento da liberalização financeira (para atrair mais investimentos e gerar mais divisas) e uma nova redução tarifária (para aumentar a competição entre o mercado interno e as importações)” teria implicações muito graves para a economia nacional, colocando a perder os avanços conquistados pelo governo Lula.

A alteração da posição negociadora brasileira na OMC, proposta pela Fazenda, denunciou João Felício, “implicaria uma forte redução tarifária de bens não agrícolas, gerando resultados desastrosos para vários setores”. “Alguns ensaios feitos demonstravam que a aplicação da fórmula defendida pela Fazenda levaria a reduções de até 70% nas tarifas de setores importantes como os das indústrias automobilística, farmacêutica, siderúrgica, etc”, declarou.



No documento “Comentários sobre a política externa brasileira – as posições que a CUT têm defendido”, Felício sublinha o compromisso dos trabalhadores brasileiros com “o aprofundamento e consolidação do Mercosul e a construção da Comunidade Sul-americana de Nações”, que deve necessariamente “ir além de um acordo de livre comércio e de investimentos em infra-estrutura”. “É claro que esses aspectos conformam a base material de uma associação como essa, mas se não houver uma integração política, produtiva, cultural e social, não teremos força para fazer frente à estratégia dos Estados Unidos de isolar o Mercosul e principalmente o Brasil, através da realização de acordos bilaterais como os que vêm sendo negociados com os países andinos”, alertou o presidente cutista, condenando ainda a tentativa do governo norte-americano de imposição da Alca.

João Felício expôs ainda a preocupação da CUT com os direitos sociais e ambientais, que “correm o risco de serem utilizados como moeda de troca na mesa de negociação - em especial na relação com os EUA e a União Européia – e se transformarem em mais barreiras protecionistas e discriminatórias”. “O Brasil não pode aceitar este tipo de manipulação, mas deve adotar mecanismos que penalizem as empresas e setores exportadores que não cumpram com os direitos fundamentais sociais, culturais e ambientais básicos. De outra maneira, estaremos sujeitos a negociar sempre em posição desfavorável e o desempenho do comércio exterior poderá ser um instrumento para melhorar o superávit, mas não contribuirá para a melhoria de condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros”, concluiu. (Leonardo Severo) (*Agência CUT Notícias*, 02.12.2005)

**Segue-se o documento, na íntegra**

**Comentários sobre a política externa brasileira – as posições que a CUT têm defendido**

### Introdução

Na primeira metade da década de 90, o Brasil passou por uma importante abertura comercial, através da abertura unilateral de sua tarifa comercial externa. A medida teve repercussões seríssimas para a estrutura produtiva brasileira e para o conjunto das empresas que atuam no país.

Quadro que se agravou posteriormente com a sobrevalorização cambial que aumentou mais as desvantagens da produção doméstica em relação à concorrência internacional. Uma das principais conseqüências foi a elevação do desemprego.

Também nos anos 90 o Brasil iniciou, através do Mercosul, seu processo de integração econômica e comercial regional, um projeto positivo que não conseguiu se viabilizar como um instrumento de promoção de um novo modelo de desenvolvimento, pois foi condicionado pelas regras aberturistas da OMC e das negociações comerciais externas (ALCA, União Européia).

Com a eleição do governo Lula houve uma mudança importante da política externa brasileira, que passou a ser norteadada pelo princípio da soberania e o objetivo de construção de um arco de alianças e associações comerciais voltadas para a complementação econômica e produtiva, fatores decisivos para o desenvolvimento de nosso país.

Uma perspectiva, que em grande parte, tem se concretizado através da política de priorização do Mercosul e construção da Comunidade Sul-americana de Nações; da liderança brasileira na criação do G 20 na OMC e com o aprofundamento das relações sul-sul (principalmente com a Índia e África do Sul). Iniciativas que, não isolaram o país (como alguns têm afirmado), mas sim criaram as condições para a não aceitação de acordos de livre comércio prejudiciais ao país, como a ALCA, os termos impostos pela União Européia e às propostas dos países desenvolvidos na OMC.

Mas, apesar do balanço positivo que se pode fazer, quero ressaltar alguns aspectos que comprometem a plena concretização desses objetivos. O principal deles é a manutenção da atual política macroeconômica direcionada a garantir a "estabilidade" e defende que sua plena execução requer, o aprofundamento da liberalização financeira (para atrair mais investimentos e gerar mais divisas) e uma nova redução tarifária (para aumentar a competição entre o mercado interno e as importações e, desta forma, pressionar pela baixa de preços).

Concepção que gerou duas iniciativas recentes desse Ministério que nós nos opomos frontalmente. A primeira delas foi a retomada, em 2004, do debate na CAMEX para a implementação dos Acordos de Proteção de Investimentos Externos, assinados por governos anteriores e nunca ratificados pelo Congresso brasileiro. Iniciativa felizmente rechaçada por outros ministérios.

A outra foi no mês de setembro, quando fomos surpreendidos pelas notícias que o Ministério da Fazenda estava propondo uma alteração da posição negociadora brasileira na OMC, a qual implicaria uma forte redução tarifária de bens não agrícolas, gerando resultados desastrosos para vários setores. Alguns ensaios feitos demonstravam que a aplicação da fórmula defendida pela Fazenda levaria a reduções de até 70% nas tarifas de setores importantes como os das indústrias automobilística, farmacêutica, siderúrgica, etc,

Imediatamente mandamos uma carta ao ministro, nos opondo à proposta, pois seus resultados poderiam condicionar a sobrevivência da produção industrial que pôde ser salva da onda da liberalização unilateral dos anos 90. Temos a certeza que as tarifas comerciais externas não são instrumentos de arrecadação e sim a base para a escolha de uma política industrial e agrícola mais conveniente ao país. Não podem, portanto ser conceituadas como instrumento de política de preços e arrecadação.

Posteriormente mandamos à CAMEX um documento com análise dos impactos sobre os empregos e nossas propostas para a OMC. Nunca tivemos alguma resposta ou convite para debater nossas colocações, mas foram feitas várias consultas aos setores empresariais.

**Nossas propostas**

## **Mercosul**

O Presidente Lula tem reafirmado a vocação integracionista do Brasil e da nossa responsabilidade, como a maior economia da região. Creio que essa responsabilidade passa por reconhecer as assimetrias de nossos parceiros no Mercosul, aceitando, portanto uma flexibilização parcial e temporária nas regras comerciais, para que os conflitos setoriais não paralitem o aprofundamento da integração.

A CUT e as demais centrais sindicais do Mercosul acompanham e intervêm nesse processo desde o seu início. A partir de 2003, passamos a ter mais participação e muito mais expectativas. É certo que temos sido mais ouvidos pelos governos atuais que os anteriores, mas a grande maioria de nossas críticas e propostas não têm sido consideradas, não só as que se referem ao plano macroeconômico e político, sejam as que se referem às questões produtivas e trabalhistas.

Por isso quero resumidamente apresentar o que temos defendido.

Aspectos econômicos e produtivos temos defendido que o Mercosul adote políticas estruturais que permitam consolidar um bloco não só comercial mas de complementaridade econômica; promova a integração das cadeias produtivas e crie mecanismos de apoio e financiamento à Reconversão produtiva- não se pode desconhecer que até hoje as empresas transnacionais que determinem o grau de especialização comercial e produtiva de cada país e quem participa ou não do intercâmbio comercial, quem integra ou não as cadeias produtivas lideradas por elas na região;

Sobre o Emprego - Atualmente temos mais de 12 milhões de desempregados e mais de 60 milhões em condições precárias de emprego. Os salários têm baixo poder aquisitivo, a concentração de renda aumenta e o crescimento da produção vem sendo sustentado com muitas horas extras e poucas novas contratações. Isto não pode continuar.

E como esse tema vem sendo tratado no Mercosul? As propostas que se aprovarão pelo Grupo de Alto Nível de Emprego (cuja existência é um avanço) não ultrapassarão o plano declaratório já que não existem políticas tributárias e fiscais voltadas a esta prioridade, as propostas foram feitas sem uma interconexão necessária entre as diferentes políticas de investimentos, industrial, agrícola, etc. As propostas em debate no Grupo de Alto Nível de Emprego não foram precedidas de uma avaliação mínima dos impactos das medidas comerciais e econômicas sobre o mercado de trabalho. Outro exemplo, a solução dos desequilíbrios comerciais, que têm se sucedido entre nossos países, têm sido enfrentados com medidas temporárias negociadas entre os governos e as empresas. E, apesar dos impactos que estas decisões podem ter sobre os empregos e os salários os sindicatos nunca fomos chamados a opinar.

Como pode ser que depois de 11 anos de funcionamento, o Mercosul não tenha um estudo e uma avaliação dos impactos positivos ou negativos das decisões tomadas sobre os empregos e as condições de vidas dos trabalhadores e trabalhadoras?

FOCEM – Para cumprir seus objetivos é fundamental que o Fundo de Convergência Estrutural-FOCEM priorize o financiamento de projetos que incluam as pequenas e micro-empresas, cooperativas, a agricultura familiar e outras iniciativas da economia solidária.

No plano institucional - defendemos um permanente aprofundamento da transparência nas negociações e acesso a informações; a criação do Parlamento Mercosul; o fortalecimento da participação das organizações da sociedade civil e defendemos uma estrutura de negociações que permita mais agilidade de decisões, mas fundamentalmente propicie a adoção de políticas comuns na área econômica, produtiva e social.

## América do Sul

Nós apoiamos e defendemos o aprofundamento e consolidação do Mercosul e a construção da Comunidade Sulamericana de Nações, e entendemos que para construir um bloco com essas dimensões e para que o mesmo seja a base de relacionamento com os países mais desenvolvidos, é preciso ir além de um acordo de livre comércio e de investimentos em infra-estrutura. É claro que esses aspectos conformam a base material de uma associação como essa, mas se não houver uma integração política, produtiva, cultural e social, não teremos força para fazer frente à estratégia dos Estados Unidos de isolar o Mercosul e principalmente o Brasil, através da realização de acordos bilaterais como os que vem sendo negociados com os países andinos. Nós temos disposição de contribuir e apoiar essas propostas que dependem fundamentalmente da vontade política do governos.

## ALCA

Desde o princípio desse processo, em 1995, a CUT tem alertado para as desvantagens econômicas e sociais da Área de Livre Comércio das Américas para o Brasil e para o continente e cada vez fica mais claro a impossibilidade de se aceitar as imposições dos Estados Unidos. Por isso apoiamos a posição do Mercosul em Mar del Plata sobre a inviabilidade da retomada de negociações da ALCA e confiamos que essa postura será mantida.

## OMC

A CUT tem buscado acompanhar as posições e propostas do governo brasileiro nas negociações na OMC, mas até o momento nossas análises sobre as propostas que o governo brasileiro apresentou ao G-20, têm se pautado pelas informações de imprensa ou que nos foram transmitidas individualmente por algum funcionário.

Nós defendemos um posicionamento agressivo do Brasil e do G 20 na OMC, contra as regras que hoje regem o comercio internacional. E temos claro que qualquer tentativa de acordo que negocie a suspensão dos subsídios agrícolas ou o aumento de cotas de importação pela liberalização nas "áreas sensíveis" resultará numa perda de autonomia, na inviabilização de uma política de

desenvolvimento e de produção e mais uma vez sera uma abertura unilateral em troca de um quase nada.

Reiteramos nossa reivindicação que as definições da posição negociadora brasileira, para as negociações da OMC, sejam transparentes e que resultem de um amplo debate com todos os atores econômicos, políticos e sociais envolvidos.

### Direitos sociais e trabalhistas

Temos defendido que a elevação da competitividade exportadora brasileira não pode se dar à custa do descumprimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores, dos baixos salários e do desrespeito à diversidade cultural e ao meio ambiente.

Esse é um princípio que não pode ser condicionado pelas variações da conjuntura internacional e o governo brasileiro não pode ter receio dessa discussão. É certo que os direitos sociais e ambientais correm o risco de serem utilizados como moeda de troca na mesa de negociação - em especial na relação com os EUA e a União Européia - e se transformarem em mais barreiras protecionistas e discriminatórias. O Brasil não pode aceitar este tipo de manipulação, mas deve adotar mecanismos que penalizem as empresas e setores exportadores que não cumpram com os direitos fundamentais sociais, culturais e ambientais básicos. De outra maneira, estaremos sujeitos a negociar sempre em posição desfavorável e o desempenho do comércio exterior poderá ser um instrumento para melhorar o superávit, mas não contribuirá para a melhoria de condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

João Antonio Felício, conselheiro e presidente da CUT

## E Agora, Palocci?

**Modelo Em Crise – Na contramão do mundo, o PIB brasileiro recua 1,2% no terceiro trimestre, resultado do nível asfixiante de juro**

Por Márcia Pinheiro

Se ainda havia alguma dúvida, os números da economia real ameaçam seriamente o discurso oficial de que o Brasil vai bem e o seu crescimento é sustentado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 1,2% no terceiro trimestre do ano, em relação aos três meses anteriores, na contramão do desempenho do restante do mundo. A ducha de água fria, apesar de amplamente antecipada pelo empresariado, emudeceu a tropa de choque do palocismo, por ratificar a avaliação de que a área econômica do governo Lula segue firme pela estrada errada.

Com esse péssimo resultado – só superado pelo recuo de 1,3% no primeiro trimestre de 2003 -, o aumento acumulado do PIB no ano cedeu para 2,6%. A julgar pelas novas projeções do sempre alerta mercado financeiro, a economia brasileira vai encerrar o ano com uma expansão raquítica de cerca de 2%. Já refizeram os cálculos o Itaú (com previsão de 2,1%), o Bradesco Asset Management (2,1%), o WestLB (2,3%) e o HSBC (2%), só par a citar alguns exemplos.

Até o sóbrio IBGE, que não costuma fazer avaliações macroeconômicas nem previsões, projetou que, para o PIB crescer 3% este ano, terá de dar um improvável salto de 4,3% no último trimestre do ano na comparação com igual período de 2004. A economista Rebecca Palis, do instituto, confirmou o diagnóstico de que os juros afetaram a economia como um todo entre julho e setembro. Afetaram e continuam a afetar. O Indicador do Nível de Atividade (INA) da indústria, divulgado na quinta-feira 1º pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mostrou uma queda de 0,9% em outubro ante setembro. Na comparação com outubro de 2004, a produção da indústria em São Paulo foi 1,8% menor – um indicador antecedente que carrega mau augúrio.

A queda do PIB foi resultado da política monetária praticada pelo Banco Central, com a sua olímpica taxa básica de juro de 18,5% ao ano. Na obsessão do BC, avalizada pelo ministro da Fazenda pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, interessa apenas atingir metas de inflação apertadas e irrealistas, como os 4,5% fixados para 2006. Na visão da Fazenda, o foco está fixado na geração de superávits primários cada vez mais polpudos, como os 5,97% do PI aferidos no acumulado de janeiro a outubro deste ano, muito acima da meta de 4,25%. Economia inglória, saudável frisar, uma vez que os R\$ 95 bilhões poupados não chegaram nem perto de cobrir o pagamento dos juros da dívida interna, que somou R\$ 133 bilhões nos dez primeiros meses do ano. O modelo e a sua matemática não fecham.

Destrinchar os números do IBGE resulta em um cenário desalentador (quadro O tombo do PIB). Não foi o acaso do destino, como choques climáticos ou tensões geopolíticas, que castigou a economia. Apenas, fosse isso pouco, pesou a mão do BC nos juros. O setor agropecuário amargou retração de 3,4% no terceiro trimestre e o industrial de 1,2%, enquanto o de serviços não saiu do lugar. Do ponto de vista do futuro, houve mais notícias ruins, uma vez que os investimentos caíram 0,9%, o que significa alto grau de descrédito – dado o atual modelo – de que será necessária a ampliação da capacidade produtiva do Brasil. Os gastos do governo recuaram 0,4% e explicam, em muito, as discordâncias da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em relação à política de Palocci. Explicam ainda a aflição do governo de acelerar os gastos de afogadilho neste fim de ano e início de 2006.

Os sobreviventes dessa política de terra arrasada foram apenas dois. Registraram desempenho positivo as exportações de bens e serviços, com aumento de 1,8%. É outra prova cabal de que o setor externo real segura a economia brasileira, apesar de tão maltratado pelo câmbio apreciado. O segundo item que mostrou ainda fôlego foi o consumo das famílias, com crescimento de 0,8%. Este se manteve incentivado pelo boom de crédito oferecido pelo sistema financeiro, quase metade concedido pela modalidade consignado, com desconto direto na folha de pagamento. Oferta de dinheiro, aliás, que deve se reduzir em razão da capacidade de endividamento das pessoas, que logicamente se exaure, sobretudo em tempos de queda do PIB.

### O Brasil na Contramão dos Emergentes\*

Projeção de crescimento do PIB em 2005 – Em%	
<b>Brasil</b>	<b>3,3</b>
Chile	5,9
Argentina	7,5
Venezuela	7,8
Uruguai	6,0
Turquia	5,0
Rússia	5,5
China	9,0
Índia	7,1

\*Previsões feitas em outubro  
Fonte: Fundo Monetário Internacional – World Economic Outlook

Palocci desta vez engastou nos chavões que costuma dominar, quando instado a comentar o resultado do PIB. Em Puerto Iguazú, na Argentina, onde participava das comemorações dos 20 anos do Mercosul na quarta-feira 30, ele disse que a variação negativa representou “um ponto fora da curva”, ainda que tenha admitido que a queda “foi um pouco além do esperado”. Insistiu que a retração de 1,2% “não representa uma tendência”, que o País retomará a trajetória do crescimento, mas que o governo vai refazer as contas de suas projeções para o aumento do produto este ano. Até a quarta-feira do aziago PIB, o governo previa 3,4%.

Na quinta 1º, Palocci voltou ao tema, diante de empresários da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Em defesa de seu receituário, afirmou que houve uma “ação forte da crise política sobre o processo econômico”. O ministro admitiu ainda que “toda política monetária tem seus custos”, mas avaliou que não houve erra de dose (nos juros). Tentou, por meio de malabarismos verbais, justificar os números do IBGE.

De maneira similar, tanto o presidente Lula, como o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, também creditaram a queda à crise política. Não é o que o mercado reflete. A curva de juros futuros tem sistematicamente ignorado as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMIs) e acompanhou com um certo enfado o longo processo jurídico-parlamentar que culminou com a cassação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Os juros para os próximos meses apenas se movem em resposta às decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) e às suas atas mensais. Essa curva, composta pelas projetadas por contratos negociados na Bolsa de Mercadorias & Futuros, determina o custo do dinheiro para o crédito às empresas e às pessoas físicas. Daí sua importância.

O fato é que o mundo está crescendo e o Brasil anda de marcha à ré. Para um país emergente, onde quase tudo está por fazer, as previsões de crescimento do PIB neste ano são desalentadoras, principalmente quando cotejadas com os demais BRICs (tijolos em inglês, grupo de países em desenvolvimento com dimensões continentais), dos quais fazem parte Brasil, China, Rússia e Índia. Em outubro, no documento World Economic outlook, o Fundo Monetário Internacional previa um



aumento da atividade do País de 3,3%, muito abaixo do desempenho projetado para os seus pares (quadro O Brasil na contramão dos emergentes). Segundo o FMI, o PIB russo deve apresentar resultado positivo de 5,5% no ano; o indiano, de 7,1%; e o chinês, de 9%.

Mesmo os Estados Unidos, expostos visceralmente ao choque de petróleo – por ser grande importador da commodity – e castigados por uma série de furacões de intensidade recorde, cresceram 4,3% no terceiro trimestre. A receita para essa suposta exuberância passa pelas mãos experientes do presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan. O Fed ainda pratica juros reais negativos (abaixo da inflação), tendo como meta um ponto de equilíbrio que acomode também o emprego e a produção.

Já o BC brasileiro tomou gosto pelo conservadorismo, com o aval do presidente da República. Depois de elevar a Selic para 25,50% ao ano em sua reunião de estréia, em janeiro de 2003, a equipe de Henrique Meirelles voltou a subir a taxa para 26,5% em fevereiro daquele ano. Em junho de 2003, teve início o movimento que queda e, em abril de 2004, o juro atingiu o patamar mínimo nesta gestão, de 16%. Voltou a elevar em setembro de 2004, até alçar 19,75% em maio deste ano. Tudo por conta do temor, expresso nas atas do Copom, de que o País barrasse nos limites do seu PIB potencial – jargão no economês que significa o quanto um país pode crescer, sem gerar pressão inflacionárias. A realidade, cedo ou tarde, cuidou de desmentir esse que parece ter se tornado um mantra oficial.

Como se tivesse tomado a imprensa de assalto, a divulgação do PIB invadiu a cena brasileira, dividindo as manchetes com a cassação de Dirceu. Não durou nem uma semana a vibrante comemoração, discutível, por parte do governo e da mesma imprensa, com os dados sobre renda e emprego, divulgados na sexta-feira 25 pelo IBGE, e na segunda-feira 28 pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em um país tão carente de boas notícias, é evidente que o fato de a renda média do trabalhador ter parado de cair em 2004, assim como o número de miseráveis ter diminuído, tornou-se motivo de festa. A renda estagnou em R\$ 733 mensais, depois de um tombo de 18,8% desde 1996, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do IBGE.

Com base nos números do instituto, a FGV anunciou que o número de miseráveis caiu para 44,8 milhões em 2004. Houve queda de 8% na comparação com 2003, tendo como referência a linha de miséria fixada em um rendimento de R\$ 115 por pessoas ao mês. É recomendável lembrar que em 2003, primeiro ano de governo Lula, a quantidade de brasileiros miseráveis subiu 3,9%. Foi o reflexo de mão-de-ferro na política monetária, então justificada pelo terrorismo eleitoral patrocinado por parte das elites brasileiras em 2002, que faz a projeção de inflação anual atingir dois dígitos.

A FGV também chegou à conclusão de que diminuiu a desigualdade no País. Segundo a pesquisa, a parcela de 10% dos brasileiros mais ricos recuou de 45,7% do total em 2003 para 44,7% no ano passado, enquanto a remuneração dos mais pobres subiu de 13,5% para 14,1%, na mesma base de comparação. Já a faixa intermediária teve um aumento salarial inexpressivo, como aponta o estudo, de 0,4% em 2004.

Diante de estatísticas que dão margem a várias interpretações, dependendo dos números pinçados, existe uma verdade inquestionável: o PIB brasileiro cresceu 4,9% em 2004 e, a reboque, registrou-se um aumento de 3,3% do número de empregos, o que representou 1,7 milhão de postos com carteira assinada e pouco mais de 1 milhão de informais. Também não se põe em dúvida que os programas sociais do governo, como o Bolsa Família, tornaram menos indigente a condição de pelo menos 6,5 milhões de famílias em 2004 (reportagem à página 36).

Para Marcelo Nery, coordenador da pesquisa no Centro de Políticas Sociais da FGV, a redução da participação dos mais miseráveis e dos mais ricos foi resultado de um conjunto de fatores positivos. Salta aos olhos o fato de que o crescimento é o melhor remédio para a melhoria da qualidade de vida. A abertura de mais vagas no mercado de trabalho é consequência direta do aquecimento da atividade. Já a maior abrangência dos programas sociais é a prova inequívoca de que políticas compensatórias são necessárias em um país carente de uma rede pública mínima que assegure o bem-estar da população.

O economista da FGV diz acreditar que os dados de 2005 poderão ser melhores do que os do ano passado. Isso porque o governo aumentou em mais de 2 milhões os beneficiados pelo Bolsa Família, tem conseguido gerar postos de trabalho e o salário mínimo registrou um aumento real de 9% no ano. Mas o estudioso ressalta: “O Brasil ainda é muito desigual e isso só vai mudar se as políticas forem sustentáveis”. A questão é definir o que se entende por sustentabilidade.

Os dados da Pnad e, portanto, da FGV têm limites metodológicos e não contribuem de todo para o entendimento de como se comportam a riqueza e o emprego na sociedade brasileira. Eles contemplam apenas 36% da renda nacional, porque se referem ao rendimento recebido pelo trabalho. Os 64% restantes, que não são pouco, referem-se aos ganhos obtidos com aluguéis e aplicações financeiras. A observação é do economista Marcio Pochmann, do Instituto de Economia da Unicamp. "Os ricos ficam escondidos nessas estatísticas", pontua. Para efeito de comparação, no início da década de 80, a renda do trabalho equivalia a 80% do PIB. Claramente, diz, houve um achatamento dessa participação.

Autor de livros sobre o tema, como *Classes Sociais e Desemprego no Brasil*, o economista Waldir Quadros está de acordo com Pochmann. Segundo ele, que é secretário de Trabalho do município de Campinas, tanto a Pnad como o IBGE sugerem equivocadamente que os estratos mais ricos da população foram prejudicados, em benefícios dos mais pobres. "Os ricos não estão na Pnad. Eles têm acesso aos juros", reforça. Para o economista, está em curso um evidente achatamento da renda da classe média e este é o ponto central da sociedade brasileira contemporânea. Ponto, diz, que vem sendo ignorado e não deveria, pelo peso que esse segmento tem como formador de opinião, sobretudo nas eleições.

Outro equívoco de interpretação reside na suposta melhora da distribuição da renda. De acordo com Pochmann, o que se assiste é uma "proletarização da classe média": de cada dez postos de trabalho criados em 2004, nove ofereceram remuneração de até três salários mínimos. "Esta realidade aponta para uma sociedade composta por trabalhadores com baixíssima remuneração", afirma. Além disso, argumenta o economista da Unicamp, não há por que comemorar o fato de o governo usar 7% do PIB para o pagamento da dívida interna e externa e somente 0,2% para programas sociais.

Mais um ponto passível de discussão é a definição do critério de pobreza. Valores entre US\$ 1 e US\$ 2 ao dia, como linha divisória abaixo da qual existiria miséria, acabam por ser convenientes a instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), por avaliarem um padrão medíocre de rendimentos na era da globalização. Na visão de Pochmann, tais medições apenas justificam as mazelas dos países menos desenvolvidos, sujeitos à receita neoliberal no manejo macroeconômico. Quando registram um ligeiro avanço, são permeadas por um recado do tipo: "Estão vendo? O modelo dá certo!" O relevante é a pobreza relativa (entre um país e outro) e não a absoluta, diz Pochmann. Nesse sentido, ele sustenta que 75% da população brasileira é relativamente pobre.

A discussão sobre a quantificação da miséria sofisticou-se. A métrica depende de critérios subjetivos e transforma-se em uma forma de mascarar o problema: agrega-se ou excluem-se milhões de pessoas segundo a linha imaginária de sobrevivência fixada. O tema é esmiuçado no livro *O Tamanho da Pobreza*, de autoria de Pierre Salama e Blandine Destremau, estudiosos franceses e professores da Universidade Paris. Dizem os autores na conclusão da obra: "A visão da pobreza como violação dos direitos humanos ainda é embrionária (...) e continua ausente nos discursos oficiais dos países pobres". Esta seria uma proveitosa lição para o Brasil, onde a mais eficaz mola propulsora da inclusão é o crescimento acelerado. Mas o PIB caiu 1,2% no terceiro trimestre. Assim é ou está o País, se nos parece. (*Carta Capital*, 03.12.2005)

## CUT saúda eleição de Evo Morales

A eleição de Evo Morales à presidência da Bolívia se soma à onda mudancista que toma conta do Continente, se contrapondo ao desmonte e entreguismo neoliberal e afirmando o desejo dos nossos países e povos pelo reencontro com sua soberania, com desenvolvimento econômico e justiça social.

A opção da grande maioria dos bolivi anos pelo candidato do Movimento Ao Socialismo (MAS), primeiro líder indígena escolhido para a presidência do país irmão, reafirma a identidade com a integração latino-americana, com uma unidade que tenha por base nossa história de luta contra a submissão e exploração das nossas riquezas pelo estrangeiro.



Comprometida com a bandeira da união dos povos e da emancipação da classe trabalhadora, a CUT saúda a eleição de Evo, nome que se incorpora em boa hora às lutas empreendidas pelos presidentes Lula, Tabaré, Kirchner e Chávez e que, contando com o apoio e a força popular, começam a construir novos dias para a América Latina.

João Antonio Felício, presidente nacional da CUT

## Mapa cor-de-rosa

Nós e o Mundo

**Vitórias da centro-esquerda deram novo colorido à América Latina, mas os resultados práticos continuam limitados**

Por Antonio Luiz Monteiro Coelho da Costa

Em 11 de dezembro, a socialista Michelle Bachelet venceu o primeiro turno das eleições presidenciais chilenas com 45,9% dos votos. Sua coalizão conquistou a maioria da Câmara dos Deputados e voltou a eleger 20 senadores que, com a abolição dos dez senadores vitalícios – mais um legado de Pinochet que foi repudiado –, tornaram-se maioria no Senado reduzido a 38 membros. Dentro desses 20, os democrata-cristãos foram reduzidos de 12 para 6, indicando uma inclinação mais à esquerda entre os eleitores da Concertación.

No segundo turno, marcado para 15 de janeiro, a vitória de Michelle contra o empresário Sebastián Piñera – cujos 25,4% provavelmente serão reforçados pelos 23,2% que votaram no pinochetista Joaquín Lavín – depende do apoio dos 5,4% que votaram em Tomás Hirsch, mas o candidato da coligação encabeçada pelos partidos Humanista e Comunista, insatisfeito com a moderação dos socialistas, disse que anulará o voto.

Nas eleições do domingo 18, na Bolívia, o líder cocalero e socialista Evo Morales é favorito, mas com 32,8% das intenções de voto não terá maioria absoluta. Caberá ao Legislativo escolher entre ele e o segundo colocado, o conservador Jorge Quiroga, com 27,7% nas pesquisas. Os militares pediram ao Congresso para re-

ferendar o candidato mais votado, mas o terceiro colocado, Samuel Doria (9% nas pesquisas), disse não se sentir obrigado a isso se a diferença for inferior a 5%.

Se o Legislativo optar por Quiroga, a Bolívia continuará dividida: Morales e outros ainda mais radicais continuarão à testa do virtual governo paralelo que, desde 2002, mantém praticamente paralisado o Estado formal. Já a confirmação de Morales seria mais uma guinada à esquerda e um novo triunfo de Hugo Chávez, fortalecido não só pela eleição legislativa venezuelana de 4 de dezembro, como também pela rejeição da Alca na cúpula de Mar del Plata e pela admissão no Mercosul com respaldo de Brasil, Uruguai e, mais entusiasticamente, da Argentina, principalmente após a recente reforma do gabinete de Néstor Kirchner.

Por ambíguas que sejam, essas seguidas vitórias da esquerda na América Latina eram inimagináveis nos primeiros anos depois do colapso do bloco soviético. De maneira geral, as heterodoxias pareciam condenadas a se tornar cada vez menos relevantes, mais inócuas ou ambas as coisas.

Cuba à parte, a década de 90 viu a vitória do neoliberalismo em todo o continente. Em maior ou menor grau, caminhou-se para mais privatização, maior abertura comercial e menos regulamentação. Apesar das promessas de que as privatizações gerariam recursos para a melhora dos serviços públicos, estes não acompanharam o crescimento das necessidades e freqüentemente foram reduzidos ou passaram a ser pagos.

As crises mexicana de 1995, asiática de 1997 e russa de 1998 mostraram alguns dos riscos do modelo, mas não bastaram para frear o processo. Com ou sem entusiasmo, enfrentando resistências maiores ou menores, mesmo candidatos que haviam recorrido a um discurso populista ou social-democrata durante a campanha eleitoral continuavam a tentar implantar as recomendações do Consenso de Washington.

Isso lhes garantiria apoio dos porta-vozes dos investidores internacionais na mídia, nos mercados financeiros e nas organizações multilaterais. Mesmo se os eleitores perdessem o entusiasmo devido à queda da inflação e à retomada da produção. Mesmo se o governo fosse uma ditadura, como o regime de Alberto Fujimori no Peru desde 1992, ou uma semidemocracia, como o Chile da mesma época. Ainda em março de 1998, o general Pinochet transferia o comando das Forças Armadas a um general de sua confiança para assumir o posto de senador vitalício, a partir do qual esperava tutelar o governo civil enquanto vivesse.

Para muitos, a eleição de Hugo Chávez para a Presidência da Venezuela, em dezembro de 1998, era outra variação sobre o mesmo tema. A cobertura da revista The Economist destacava sua promessa de reduzir o déficit público – à época em situação crítica, devido ao petróleo a US\$ 9 – e sugeria que, como o argentino Carlos Menem, o novo presidente venezuelano poderia nomear um economista “independente”, como Domingo Cavallo, para tranquilizar os investidores.

O presidente da Câmara de Comércio EUA-Venezuela, Antonio Herrera, descrevia Chávez como “um pragmático flexível que abandonou slogans de campanha e colaboradores inconvenientes com a maior facilidade”. Para o vice-presidente da organização, o banqueiro Pedro Palma, não haveria alternativa à austeridade cobrada pelos credores.



Em retrospecto, essa eleição apareceu como o segundo dos prenúncios da inclinação à esquerda – quando não na prática, ao menos no discurso – que tem marcado a primeira década do século XXI neste continente.

O primeiro havia sido, semanas antes, a inesperada detenção de Pinochet, indiciado por crimes contra a humanidade quando passava por Londres para exames médicos e uma visita à amiga Margaret Thatcher. De repente, os protagonistas da ditadura deixaram de parecer acima da lei.

O terceiro foi o fracasso da política de “real forte” de Gustavo Franco, cinco semanas depois. Ao reverter bruscamente as expectativas de crescimento sustentado geradas pela estabilização de 1995 e acabar com o populismo cambial que reelegera Fernando Henrique Cardoso, minou as bases sociais da experiência neoliberal não só no Brasil como também na Argentina e no Uruguai.

A festa de consumo de importados da primeira fase do Plano Real havia dado um novo fôlego a esses dois países, nos quais o fluxo de investimentos estrangeiros secara desde a crise mexicana. A desvalorização brasileira inviabilizou esse precário equilíbrio e os lançou no caminho de colapsos ainda mais dramáticos.

A economia chilena estava em melhor forma. Mesmo considerado o esfriamento do entusiasmo com as bolsas e os planos de previdência privada e o impacto negativo da crise asiática sobre sua redobrada dependência de commodities, que haviam evidenciado o lado negativo das reformas neoliberais.

Mas o debate político aberto pela prisão de Pinochet e a prolongada ausência do ex-ditador animaram a esquerda – até então relegada, pelos condicionamentos da abertura, a um papel subordinado aos democrata-cristãos. O Partido Socialista Chileno venceu as prévias da Concertación e a eleição presidencial com Ricardo Lagos e voltou a governar pela primeira vez desde Salvador Allende. Quando Pinochet foi liberado de 503 dias de prisão domiciliar pelo governo de Tony Blair, não pôde voltar ao mesmo Chile de onde partira. Sua imunidade parlamentar logo foi cassada e juízes chilenos abriram contra ele centenas de processos legais.

Na Venezuela, Chávez, respaldado por uma nova Constituição e uma nova eleição, tornava-se um importante fator de rearticulação da Opep e de apoio ao socialismo cubano, restaurava o controle estatal do petróleo e acenava com uma reforma agrária radical. No Equador, uma gestão neoliberal em crise foi deposta por uma insurreição de militares, sindicalistas e indígenas. Na Bolívia, as massas de Cochabamba rebelaram-se contra a privatização da água e forçaram, pela primeira vez, a reversão de uma política imposta pelo FMI.

A supostamente irreversível conversibilidade argentina já estava nos estertores. Em 2001, seu colapso, seguido pela inevitável moratória, começaria a abrir o caminho para a heterodoxia de Eduardo Duhalde e Roberto Lavagna – aprofundada por Néstor Kirchner a partir de 2003 –, a vitória da Frente Ampla no Uruguai em 2004 e o retorno de montoneros e tupamaros ao primeiro plano da cena política.

Em 2002, num contexto bem menos dramático, o PT venceu com Lula. Apesar de pouco inovador em política interna, pratica uma diplomacia mais independente e tem sido vital para articular a resistência sul-americana à Alca e às pretensões dos EUA de policiar o continente, que chegaram a se materializar numa proposta de “controle de qualidade” das democracias das Américas e de amplos poderes para o secretário da OEA agir sem ouvir os países membros. Teve papel importante nos acordos que permitiram a Chávez voltar a se consolidar e legitimar, após o fracasso do golpe neoconservador de abril de 2002.

Esses acontecimentos encorajaram o até então pouco conhecido Evo Morales que, em julho, recebeu amplo apoio popular contra o veto explícito do embaixador dos EUA. Chegou muito perto da vitória eleitoral e a divisão do país acabou por inviabilizar o governo de Sánchez de Lozada, expulso em outubro de 2003 e o de seu vice e sucessor Carlos Mesa, defenestrado em junho de 2005.

Pouco antes, em abril, o presidente Lucio Gutiérrez, que fora eleito no Equador com apoio dos protagonistas da insurreição de 2001, mas prosseguira com a dolarização e as políticas econômicas conservadoras de seus predecessores, enfrentara um destino ainda mais humilhante: deposto pelo Congresso e sitiado por multidões iradas, precisou esconder-se no porta-malas de um automóvel para escapar da casa do embaixador brasileiro para o aeroporto, deixando para trás um país cujo futuro político tornou-se imprevisível. Em outubro, Gutiérrez voltou ao Equador para tentar contestar legalmente sua deposição e foi imediatamente trancado em uma cela de segurança máxima, na qual continua até hoje.

No México, o conservador Vincent Fox encerrou em 2001 a longa hegemonia do PRI, mas logo se desgastou. Com 28% das preferências, seu candidato à sucessão nas eleições de julho de 2006, Felipe Calderón, está pouco à frente de Roberto Madrazo, candidato do velho PRI (21%) e atrás de López Obrador, candidato da esquerda (29%). Na Nicarágua, a esquerda e a direita se dividiram, mas os sandinistas e seus dissidentes governam a capital e várias cidades e têm boas possibilidades de reconquistar a Presidência em novembro de 2006.

No Peru, Alejandro Toledo, ao aprofundar o modelo neoliberal deixado por Fujimori (que fugiu do país em 2000), tornou-se o governante mais impopular do continente e os resultados da eleição, marcada para abril, também são imprevisíveis. Fujimori ainda tem seus fãs e a conservadora Lourdes Flores está à frente, com 25% das intenções de voto, mas estão em ascensão Alan García (16%), da velha guarda do populismo, e o comandante Ollanta Humala (15%), militar nacionalista apoiado por Chávez.

A direita não se limita a acumular sustos e derrotas. Álvaro Uribe, eleito em 2002 para a Presidência da Colômbia, continua popular e tem grandes chances de se reeleger no primeiro turno, graças à sua linha dura contra a guerrilha das Farc e do ELN. Mas neste momento representa uma exceção.

Por outro lado, boa parte do avanço das supostas esquerdas se deveu menos a seus próprios méritos do que ao fracasso dos adversários. De 1980 a 1999, a renda per capita da América Latina cresceu 11%, pior desempenho para qualquer período de 20 anos em mais de um século, incluída a Grande Depressão. De 2000 a 2004, mal cresceu mais 1%. Resultado: embora não tenha havido nenhum golpe militar bem-sucedido depois de Fujimori, dez presidentes, acuados por movimentos populares ou pelo Congresso, não puderam concluir seus mandatos nos últimos 15 anos.

Mas poucos dos governos “mais à esquerda” que sucederam os neoliberais e conservadores depositos nas ruas ou derrotados nas urnas foram capazes de implementar transformações sociais reais. Depois da década neoliberal, pouco sobrou dos poderes regulatórios, recursos financeiros e instrumentos de intervenção para implantar políticas econômicas e sociais – ou mesmo sustentar decentemente os sistemas de saúde, educação e segurança – dos quais a América Latina dispôs de 1960 a 1979, quando sua renda per capita cresceu 80%.

Essa impotência ante o capital transnacional reduziu o processo político a um ritual que muitas vezes parece inócuo ante a marcha – aparentemente imprevisível, incontrolável e inexorável – de um sistema econômico que continua a excluir parcelas cada vez maiores da população da perspectiva de uma vida decente.

Mesmo que não tenham o melancólico destino de Lucio Gutiérrez, as supostas esquerdas que não conseguirem, ao menos em parte, escapar dessa armadilha decepcionarão as massas sem conquistar as elites. Estas, avessas a abrir mão do menor dos anéis ou de seus preconceitos de classe e raça, continuam a exigir a segurança de um conservadorismo autêntico, liderado por seus iguais.

Ironicamente, o Chile foi poupado de alguns aspectos desse dilema por ter realizado suas reformas neoliberais em uma década de menos dogmatismo e mais empirismo e ter sofrido, logo no início, uma crise brutal que inspirou certa cautela à ditadura. As privatizações e a desregulamentação não chegaram a extremos e o governo continua a deter meios de controlar o câmbio e os fluxos de capitais e parte dos recursos naturais.

Por outro lado, o país tornou-se muito dependente e assumiu compromissos rígidos de abertura comercial, que lhe dão pouca margem de manobra diplomática e cujos resultados são ambíguos. Em dois anos, o tratado de livre comércio com os EUA aumentou em 95% as importações chilenas desse parceiro, enquanto suas exportações cresceram 67% – e isso menos pela abertura dos EUA do que pela alta das cotações internacionais de commodities tradicionalmente exportadas pelo Chile – cobre, madeira e metanol.

No Brasil e Uruguai, onde as esquerdas, depois de uma lenta transição, optaram pela moderação, os governos continuam difíceis de se distinguir de seus predecessores, ao menos quanto à política econômica. Desconectadas de um projeto global de desenvolvimento econômico e social, as tentativas de avanços nas políticas assistenciais e de direitos humanos e as eventuais ousadias em política externa incomodam os conservadores sem chegar a entusiasmar seus eleitores.

Já os modelos heterodoxos, embora estejam a funcionar razoavelmente bem na Argentina e Venezuela, não parecem fáceis de exportar. Trata-se de países aos quais foi imposta uma escolha de vida ou morte política: arriscar a ruptura ou entregar-se ao caos social. Fora de tais situações-limite, que ninguém desejaria para o próprio país, esse caminho ainda parece demasiado assustador às lideranças partidárias e à maioria de suas bases e eleitores. A bem da verdade, sua sustentabilidade a longo prazo – sua capacidade de viabilizar investimentos e crescimento econômico com paz social – ainda está por ser testada e muito depende da receita venezuelana com petróleo e da disposição dos países sul-americanos de cooperar entre si com uma visão estratégica e não meramente de oportunidade tática. Ainda assim, parece provável que pelo menos mais um país, a Bolívia, venha a tentar o caminho da ousadia. (*Carta Capital*, 17.12.2005)

**CNM-Internacional** é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada  
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes  
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)  
[internacional@cnmcut.org](mailto:internacional@cnmcut.org) <http://www.cnmcut.org.br>